

Minas Gerais lidera baixos investimentos

No topo da lista dos estados que mais deixaram de repassar os recursos obrigatórios, segundo a Câmara Técnica de Orientação e Avaliação dos Recursos da Saúde, está Minas Gerais. Em 2005 o Estado teria deixado de repassar ao setor um total de R\$ 771,1 milhões. Em segundo lugar veio o Rio Grande do Sul, cujas aplicações ficaram R\$ 744 milhões abaixo do exigido pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS).

No caso de Minas Gerais, a Câmara Técnica concluiu que o estado pagou custo da previdência de policiais militares e comprou como gastos de saúde.

Além disso, Minas informou ter empenhado R\$ 364 milhões para o setor, o que não foi constatado pela Câmara Técnica. O secretário de Saúde de Minas Gerais, Marcus Pestana, argumentou que qualquer discussão sobre os recursos para a saúde é inócuo diante da não regulamentação da Emenda 29, "onde está escrito o que deve ser aplicado", questionou.

Segundo ele, o Estado vem aumentando progressivamente os investimentos em saúde que

em 2003 eram de apenas R\$ 550 milhões e, no ano passado chegaram a R\$ 1,3 bilhão. Ele considera ainda, que o pacto federativo tem que ser rediscutido para que os gastos em áreas como educação e saúde sejam novamente redistribuídos entre a União, estados e municípios.

"A discussão sobre a aplicação dos recursos é apenas parte do problema. É preciso discutir produtividade e rever o pacto federativo"

Para Pestana, a Constituição de 1988 deu muitas atribuições aos entes federativos mas não deu a contrapartida correspondente em recursos. "A discussão sobre a aplicação dos recursos na saúde é apenas parte do problema. O dinheiro é fundamental mas é preciso discutir produtividade, regulamentar a

lei e rever o pacto federativo", disse Marcus Pestana.

Depois de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o terceiro estado cujos repasses para a saúde ficou aquém do exigido pelo CNS foi o Rio de Janeiro que, em 2005, subaplicou R\$ 430,9 milhões; seguido do Paraná com R\$274,5 milhões; Goiás com R\$ 313,9 milhões; Paraíba com R\$ 117,1 milhões e o Maranhão com R\$106,5 milhões.

Pelas estatísticas do Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops), o governo do Rio de Janeiro não repassou para a saúde R\$ 851 milhões de 2003 até 2005. A ex-governadora, Rosinha Matheus, sempre contestou a sistemática exigida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) para aplicação de recursos no setor.

Mas a Câmara Técnica do Siops entendeu que o governo do Rio, a exemplo do de Minas Gerais, pagou o que cha-

ma "clientela fechada", com recursos da saúde. No caso do Rio de Janeiro, o governo incluiu nos gastos para o setor alguns programas assistenciais como Restaurante Popular e Cheque Cidadão.

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, logo que assumiu o governo do Rio criticou a gestão na área de saúde do governo Rosinha Matheus. Na ocasião, inclusive, foi decretado estado de emergência por três meses no setor, prazo que acaba no final deste mês.

Ao assumir, o governador considerou o quadro dos hospitais uma barbaridade de ruim: "Nós precisamos refazer a Saúde do Estado do Rio de Janeiro, é um verdadeiro caos, é uma vergonha", declarou o governado na ocasião.

(V.C.)